



escola de **gestores**
da educação básica

**O DIREITO À EDUCAÇÃO: CONQUISTAS E PERSPECTIVAS NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

**Belo Horizonte
2013**

KELY DINAMAR DA SILVA SOUZA

**O DIREITO À EDUCAÇÃO: CONQUISTAS E PERSPECTIVAS NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Ms. Priscila Rezende Moreira

**Belo HORIZONTE
2013**

KELY DINAMAR DA SILVA SOUZA

O DIREITO À EDUCAÇÃO: CONQUISTAS E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Prof^a. Priscila Rezende Moreira (orientadora) – UFMG

Prof. Dr. Fernando Fidalgo – UFMG

Belo Horizonte, 19 de julho de 2013

Dedico este trabalho às minhas filhas Aliny e Gabi que sempre renovam as minhas forças para não desistirem.
À minha cunhada “irmã” Thaís, que nunca me deixou sentir incapaz.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo fato da minha existência;

Ao meu irmão Emilio, pelo carinho e cuidado comigo;

Aos professores do curso pela atenção e respeito;

Aos colegas, pela convivência, apoio e acima de tudo, o companheirismo.

“Às pessoas que estimo, às vezes gosto de dizer: você quer ver um milagre de verdade? Pois vá numa noite dessas a uma turma de jovens e alunos que em março acolhe pessoas pobres que não sabem ainda ler e escrever. E volte meses depois para ver o que aconteceu com esta mesma turma em dezembro. Eis ali um milagre de verdade! Quer conhecer outro milagre? Pois venha olhar de frente os olhos e alma de alegria da mulher que ao cabo de dois anos de EJA aprendeu o que não sabia e agora sabe de verdade. E sabe, porque aprendeu somar-se às redes de pessoas, como ela, dispostas a saírem de si e a fazerem, juntas, algo para que suas vidas e seus mundos sejam a cada dia mais fecundos, mais justos, mais humanos”.

Carlos Rodrigues Brandão

Resumo

Este trabalho de conclusão de curso busca refletir e avaliar as propostas e programas de alfabetização de jovens e adultos, dando ênfase na evolução da educação no Brasil a partir da década de noventa. Pretende-se ainda, analisar a importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo em vista a aquisição de competências exigidas pela sociedade contemporânea e conseqüentemente a inserção no mundo do trabalho. Afinal, todos os cidadãos têm os mesmos direitos a um ensino de qualidade e gratuito, independente da faixa etária. O objetivo da Educação de jovens e Adultos é fazer com que esses direitos sejam garantidos. Assim, essa modalidade de ensino, atende um público diverso com vários modelos de organização dos currículos de acordo com a realidade em que a escola está inserida. O presente estudo será realizado através de uma análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal João Beraldo, localizada no município de Patrocínio, em Minas Gerais (MG), verificando-se a mesma apresenta abordagem para o ensino da EJA e como esse ensino é ofertado. Também serão apresentadas as leis e decretos que regulamentam esse tipo de ensino no Brasil. Portanto, acredita-se que este estudo possui relevância social, visto que demonstrará amplamente as necessidades dos jovens e adultos não alfabetizados e o crescimento intelectual destes quando têm disponibilidade de acesso à EJA.

Palavras-chave: Propostas e programas educacionais, Educação de Jovens e Adultos, Alfabetização, Direito à educação.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
	1.1 Apresentação e Contextualização do Objeto de Pesquisa.....	09
	1.2 Ojetivo.....	09
2	UM BREVE HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL.....	10
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
4	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	16
5	ANEXO	17
	Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal José Beraldo....	17

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação e Contextualização do Objeto de Pesquisa

O presente estudo será realizado através de uma análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal João Beraldo, localizada no município de Patrocínio/MG. Será feita uma observação do PPP da referida unidade escolar, analisando se a mesma apresenta abordagem para o ensino da EJA e como esta é ofertada. Também serão apresentadas as leis e decretos que regulamentam esse tipo de ensino no Brasil.

1.2 Objetivo

- Analisar a importância da Educação de Jovens e Adultos – EJA, tendo em vista a aquisição de competências exigidas pela sociedade contemporânea e consequentemente a inserção no mundo do trabalho.

Objetivos específicos

- Demonstrar a importância da EJA como importante meio de oportunizar aos jovens e adultos a complementação do Ensino Fundamental e médio, e consequentemente o desenvolvimento na sociedade letrada;
- Verificar se o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar estudada apresenta abordagem para o ensino da EJA;
- Apresentar as leis e decretos que regulamentam a EJA no Brasil;
- Analisar a EJA ofertada na instituição de ensino pesquisada.

2. UM BREVE HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL

Nas últimas cinco décadas do século XX a Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem mudando de uma forma significativa, entretanto esta sempre foi alvo dos interesses políticos, como podemos observar na análise de nossa história.

Segundo (MASAGÃO 2001, p. 19) na década de quarenta no século XX, começou a ser organizado um sistema público de Educação, em que a oferta de ensino gratuito estendia-se consideravelmente, atingindo assim todas as classes sociais, inclusive aos adultos. Tal fato acontecia porque o governo federal da época estava traçando diretrizes educacionais em todo o país.

De acordo com a mesma, em 1945, com o fim da ditadura de Vargas e da segunda guerra mundial, a Educação de jovens e adultos era uma preocupação geral, pois a organização das Ações Unidas (ONU) queria que houvesse uma integração entre os povos, visando assim a democracia e a paz. Ainda:

Nesse período, a Educação de jovens e adultos define sua identidade. O professor Lourenço Filho organiza a primeira campanha nacional de educação dessa modalidade. O objetivo era que todos os adultos fossem alfabetizados em três meses e a complementação do curso primário fosse em sete meses. A primeira cartilha usada era o método silábico. Nos primeiros anos a campanha conseguiu resultados positivos e na empolgação criaram várias escolas supletivas, mas sem sucesso. Com o fracasso, o analfabetismo foi visto como causa do subdesenvolvimento do país, visto que, jovens e adultos analfabetos eram considerados incapazes e marginais identificados psicologicamente e socialmente com a criança. (RIBEIRO 2001, p.20).

Uma professora que coordenava uma campanha num trabalho intitulado “Fundamentos e metodologia do ensino supletivo”, usava as seguintes palavras para descrever o adulto analfabeto:

Dependente do contato face a face para o enriquecimento de sua experiência, ele tem que, por força, sentir uma criança grande, irresponsável e ridícula (...). E se tem as responsabilidades do adulto, manter uma família e uma profissão, ele o fará em plano deficiente. O analfabeto onde se encontra, será problema de definição social quanto aos valores: aquilo que vale para ele é sem mais valia para os outros e se torna pueril para os que dominam o mundo das letras. [...] Inadequadamente preparado para as atividades convenientes à vida adulta, [...] ele tem que ser posto a margem como elemento sem significação nos empreendimentos comuns. Adulto criança, como as crianças ele tem que viver no mundo do egocentrismo que não lhe permite ocupar os planos em que as decisões comuns tem que ser tomadas (RIBEIRO 2001, p.20-21).

A partir da década de 1960, com lançamento do Plano Nacional de Alfabetização, orientada pelas ideias de Paulo Freire, o preconceito à educação de adultos começa a ser superado, pois o jovem e o adulto analfabeto passaram a ser vistos com outro olhar: eles já eram portadores de cultura e sujeito de aprendizagem. Usava-se um novo método baseado em palavras retiradas do seu dia-a-dia; a proposta pedagógica é o diálogo, em que o jovem e adulto deixava uma consciência ingênua e passava para uma consciência crítica, cujo princípio básico pode ser traduzido numa frase célebre: ‘a leitura do mundo precede a leitura da palavra.’ (Freire, 1987).

Com o golpe militar de 1964, os programas de jovens e adultos são vistos como ameaças e são reprimidos. Nesse período Paulo Freire é exilado. Em 1967, o governo assumiu os programas de Educação de jovens e adultos. Criou-se então MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL)¹. Esse programa correspondia ao ensino primário e era conservador, pois tinha que agradar o governo. O método utilizado era de palavras geradoras, esvaziado de conteúdos críticos, com mensagens apelativas para o esforço individual. (RIBEIRO 2001, p.25-26).

Através de tantas lutas, mudanças, forças contrárias, finalmente em 1971, a EJA ganha um capítulo específico de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Mas não bastava apenas uma lei, tinha que haver mais recursos financeiros e profissionais qualificados que respeitassem as experiências e os conhecimentos dos alunos para trabalhar com eles, pois estes já trazem consigo uma bagagem de conhecimentos adquiridos no convívio social e no trabalho. Assim, faz-se necessário que o ensino seja adequado aos alunos que retornam à escola fora do tempo.

Em 1977, a Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em Hamburgo, proclamou o direito de todos à educação. Em 1988, havia uma pressão popular muito grande sobre os governantes, pois eles queriam mais escolas e uma educação de maior qualidade. Com essa pressão, a Constituição Federal, artigo 208, no inciso I estendeu “o direito ao Ensino fundamental público e gratuito em qualquer idade, inscrevendo a Educação de Jovens e Adultos no rol dos direitos da cidadania” (Constituição Federal, 1988).

A alfabetização exige continuidade e sedimentação. O público que procura a educação de jovens e adultos são alunos que tiveram uma passagem fracassada

¹ Em 1980 novos projetos de alfabetização ganharam forças. Em 1985 o Mobral é extinto e seu lugar é ocupado pela Fundação Educar, com parceria entre governo e sociedade civil.

pela escola, por isso, esta vem caminhando na direção de uma Educação democrática, mas sabe-se que ainda a muito o que ser feito, como diz Brandão:

“(...) um tipo de Educação que sonhe participar dentro e fora da sala de aula, da criação de pessoas capazes de aprender a conhecer e a compreender por conta própria, mas umas através das outras, o tipo de sociedade em que vivem. Isso quando cremos que outro mundo é possível. E sujeitos culturais aprendentes, que sejam capazes de se intregar e participar dos círculos de vida social onde pessoas educadas para o exercício da cidadania produzam o tipo de mundo da vida cotidiana onde devem viver as pessoas cidadãs” (Brandão, 2002, p 11).

Graças à Constituição Federal de 1988, hoje a educação de qualidade é um direito de todos os cidadãos e um dever do estado. A LDB n.9394/96 no título III, nos artigos 4º e 5º, menciona a EJA como parte do ensino fundamental, obrigatória e gratuita aos que não a usufruíram na idade própria .

Outra referência sobre a EJA se faz na seção V, do capítulo II, no artigo 37, parágrafo 1º e 2º; e no artigo 38, parágrafo 1º, Inciso I e II, e parágrafo 2º (LDB n 9394/ 96, p- 17)na qual a educação é assegurada a todos que não tiveram acesso e permanência na idade própria, sendo esta gratuita e com o currículo apropriado aos interesse dos educandos, de acordo com sua experiência de vida e trabalho .

O conselho nacional de educação emitiu o parecer (CNE/CEB n11/2000) tendo como relator o professor Carlos Roberto Jamil Cury, na qual a Educação de jovens e adultos é vista como:

“... uma dívida social que não reparada para com os que não, tiveram acesso a ele nem domínio da escrita e leitura como bens sociais na escola ou fora dela (...) a ausência de escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto(...) deixando claro que essa modalidade de ensino é parte da educação básica (...). Ela é assim um perfil próprio,uma feição especial diante de um processo considerado padrão”. (Parecer 11/2000)

Temos que pagar essa dívida social que vem se arrastando ao longo da história do país, em que o direito à educação era negado. Não adianta apenas fazer leis e criar pareceres. Devemos falar menos e agir mais. Assim, quem sabe em um futuro não muito longe teremos realmente uma escola de qualidade?

Mesmo com tantos preconceitos e já tendo uma vida cheia de obrigações, muitos alunos sem ou com pouca escolaridade, lutam pelos seus direitos e procuram as salas de Educação de Jovens e Adultos motivados a construir e manter uma satisfação pessoal, conquistar um trabalho mais digno e participar da vida em sociedade com dignidade. Assim, a Educação de Jovens e Adultos torna-se uma oportunidade para o educando conquistar sua autonomia, diminuindo as desigualdades sociais, aumentando sua autoestima, e fazendo com que esse cidadão tenha uma consciência mais crítica de “ser humano e lutar pela plenitude da vida.”

2. A EJA OFERTADA NA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO BERALDO

A educação de jovens e adultos está conseguindo seu espaço, pois muitos brasileiros ainda não são alfabetizados e estão retornando às salas de aula.

A lei de diretrizes é clara: **“Todos têm direito a uma educação de qualidade.”** Cabe aos municípios e estados fazerem valer esse direito. O município de Patrocínio demonstra essa preocupação e procura fazer sua parte ofertando a EJA aos interessados. Essa modalidade de ensino é oferecida através do projeto TELECURSO, em várias escolas da rede municipal. Os professores são da referida rede e participam de cursos de capacitação para ensinarem aquilo que seja adequado ao aluno, valorizando e respeitando assim as suas vivências. O curso é gratuito, visto que os docentes são remunerados pela prefeitura, mas seguem o sistema do SESI / FIEMG de Araxá. Assim, os alunos pagam somente uma taxa para realizarem os exames, pois as avaliações são elaboradas pelo SESI/ Araxá.

Percebe-se que há um calor humano muito grande entre alunos e professores, pois sabemos que a escola tem um papel importante na vida dos discentes, ou seja, promover a inserção dos mesmos em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser um requisito para a educação continuada para a vida.

A Escola Municipal João Beraldo, como instituição de ensino, busca resgatar nesses alunos o entusiasmo de estudar, fazendo com que estes se tornem cada vez mais responsáveis e conscientes de seus direitos.

Nota-se que quando a escola e a sociedade lutam juntas pelo mesmo ideal, o sucesso acontece. É o que se presencia nas aulas da EJA na referida escola, onde todos são diferentes, mas não são desiguais. Ninguém é mais que o outro e a aprendizagem acontece através de experiências.

É o que determina o PPP da escola, tendo em vista que a proposta pedagógica da mesma é incluir todo cidadão. Para que isso aconteça, é necessário contar com a participação consciente e responsável do colegiado, que envolve gestores, pais, alunos, especialistas e docentes.

A EJA, dentro do PPP, visa respeitar o aluno de acordo com suas potencialidades e oferecer-lhe uma escola de qualidade, mudando a sua maneira de pensar e agir, promovendo assim, a construção de novos saberes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação está passando por momentos de grandes transformações. Vivemos em um mundo tão desigual, não só economicamente, mas cultural, em que cada dia é um novo desafio, ou seja, um momento de refletir nossas práticas pedagógicas e principalmente, o projeto político.

Sabe-se que o projeto político pedagógico é o que direciona a escola. Será que todas as escolas têm seguido esse projeto? Será que vem sendo atualizando de acordo com o que é necessário?

Vale ressaltar a importância do Projeto Político na busca de novos caminhos para juntos encontrarmos soluções para as dificuldades que irão surgir. Na busca de inovações o Projeto Político pedagógico da escola João Beraldo tem sido reformulado, juntamente com a comunidade escolar, visto que todos têm consciência que a educação não é só responsabilidade da escola. Com objetivo de alcançar êxito nas propostas que estão no projeto Político pedagógico sempre deverá haver uma gestão democrática, em que a escola e a comunidade sempre irão caminhar juntas.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO. Carlos Rodrigues Brandão. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União. n. 248, 23 dez. 1996.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer n. maio 2000. Brasília, 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Programa de desenvolvimento profissional continuado. Educação de Jovens e Adultos-parâmetros em ação**. Brasília: Ministério da Educação,2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **CNE/CEB n. 11/2000**.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido** (17ª Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra,1987.

RIBEIRO,Vera Maria Masagão. **Educação para jovens e adultos –ensino fundamental**: proposta curricular 1º segmento. São Paulo: Ação Educativa. Brasília: MEC,2001.

**ANEXO
ESCOLA MUNICIPAL JOÃO BERALDO**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLAR

**LILIAN QUEIROZ SOARES
KELY DINAMAR DA SILVA SOUZA
ROSA MARIA GUIMARÃES QUEIROZ
TACIANA MELO DE QUEIROZ ARAÚJO**

**PATROCÍNIO – MG
2013**

ESCOLA MUNICIPAL JOÃO BERALDO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLAR

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Priscila Rezende Moreira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE – MG
2013**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA	10
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	13
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	13
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	15
3. CURRÍCULO	22
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	27
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	31
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	36
7. AVALIAÇÃO.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	49

INTRODUÇÃO

Identificação

NOME: Escola Municipal “João Beraldo”

LOCALIZAÇÃO: Zona Urbana

ENDEREÇO: Rua Cesário Alvim, 1901

TELEFONES: (34) 3831 - 2954

MUNICÍPIO: Patrocínio

ESTADO: Minas Gerais

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Patrocínio – MG

Missão

Garantir uma educação de qualidade, ajudando no desenvolvimento das aprendizagens essenciais, para que o educando possa inserir e participar da sociedade em que vive como cidadão crítico e atuante, tendo como princípio o amor, a verdade, a justiça e a solidariedade.

Caracterização da Entidade

A Escola Estadual João Beraldo foi criada pelo decreto nº 1.777 de 04/07/1946, publicado em 05/07/1946 e instalado em 01/03/1947, funcionando em prédio alugado à Avenida Rui Barbosa. O prédio próprio foi construído em 1.953 e inaugurado em 13/01/1954, situado à Rua Cesário Alvim, nº 1901, no bairro São Francisco, na cidade de Patrocínio-MG.

A escola leva esse nome em homenagem à Dr. João Tavares Correia Beraldo, na época Interventor Federal do Estado de Minas Gerais no período de 3 de fevereiro de 1946 a 14 de agosto de 1946.

No ano de 1998, sob a direção da professora Neusa Maria Guimarães, a escola foi municipalizada transferindo a responsabilidade por seus cuidados à Secretaria Municipal de Educação. No ano seguinte assumiu como diretora a professora

Maria Célia Silva e sua vice-diretora Maria das Dores. Desde então, a escola passa a ser denominada “Escola Municipal João Beraldo.”

A escola Municipal João Beraldo é uma das mais antigas escolas da cidade de Patrocínio com seus 65 anos de fundação. Está localizada no mesmo prédio desde 13/01/1954, atualmente reformado e ampliado. Situada no bairro São Francisco, bem em frente à igreja São Francisco. É um bairro próximo ao centro da cidade ficando a escola em uma localização privilegiada em relação ao centro. O trânsito nas ruas que circundam a escola é muito intenso apresentando perigos para as crianças. Não existe no local guarda de trânsito para fiscalizar o fluxo de veículos e a entrada e saída das crianças é organizada por funcionários da própria escola.

O bairro não dispõe de áreas de lazer e a única praça que poderia ser usada está abandonada pela prefeitura tornando perigoso seu uso.

Por estar localizada em frente à igreja São Francisco é comum que a comunidade dessa igreja utilize as dependências da escola para alguns eventos da própria comunidade. São realizados encontros de jovens, adolescentes e de casais e reuniões. A escola também é convidada pelos membros da igreja a participar de alguns eventos como semana da família, coroação da imagem de Nossa Senhora no mês de Maio e caminhadas. Muitas crianças que participam da catequese na igreja São Francisco também estudam na escola, facilitando a participação delas e de suas famílias nos eventos.

Sendo assim, a escola garantiu o cumprimento do artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no seu parágrafo VI que diz que, a escola deve “articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.”

A escola recebe alunos de todos os níveis econômicos, meio urbano e rural, cria grande heterogeneidade, possibilita ao educando o contato com crianças de diferentes meios culturais, enriquecendo as relações entre elas e entre os profissionais que trabalham na escola.

A nova Proposta Nacional de Educação Especial reflete e amplia discussões sobre pessoas com deficiências, levando-as a uma Educação Inclusiva. Diante dessa proposta, a escola campo de estágio demonstrou desempenhar um trabalho de inclusão social ao atender crianças com necessidades especiais, visto que a escola tem entre seus alunos uma aluna com Síndrome de Down e uma com Transtorno Intelectual Grave.

Além disso, na última reforma do prédio foram construídas rampas de acesso em lugares estratégicos facilitando o deslocamento de possíveis alunos cadeirantes.

A escola atende a uma demanda de 692 alunos distribuídos em 20 salas de aula, uma média de 30 a 36 alunos por sala. Recebe alunos desde os quatro anos de idade até os doze anos, comprometendo-se com a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental de 9 anos.

A escola, além dos turnos da manhã e tarde, disponibiliza quatro de suas salas de aula para o Curso do Tele curso 2000, que funciona o ano todo no turno da noite, tendo a sua coordenação de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

Para o atendimento aos alunos, a escola contou com a colaboração de 39 professoras sendo: 20 regentes de turmas, 03 regentes de aulas (01 de Educação Religiosa e 02 de Educação Física) e 07 professoras recuperadoras, 02 bibliotecárias (manhã e tarde), 02 professoras de apoio a aluno especial, 03 eventuais e 02 professoras em licença. Todas formadas ou cursando os cursos de graduação em Normal Superior ou Pedagogia, sendo a professora de Educação Física habilitada na disciplina que leciona.

O corpo administrativo e pedagógico foi composto pela diretora da escola Maria Célia Silva, vice-diretora Rosa Maria Guimarães Queiroz, supervisora Rosivania de Fátima Marcelino, 02 agentes de serviços escolares e 01 auxiliar administrativa.

Os trabalhos de manutenção do prédio, limpeza e a merenda escolar são feitos por uma equipe de 11 funcionários.

A escola conta ainda com 01 instrutor de fanfarra e 01 instrutor de capoeira, 02 nutricionistas, 01 professora de dança e 01 profissional da área de saúde que realiza o trabalho de saúde bucal, todos esses designados pela própria Secretaria Municipal de Educação.

Para a escola o poder público municipal destinou uma verba específica para a merenda escolar, que foi de responsabilidade da escola. Pelas nutricionistas foi sugerido o cardápio oferecido para os alunos composto por uma dieta equilibrada, rica em nutrientes indispensáveis ao crescimento da criança.

A merenda escolar é muito importante, visto que muitos alunos vêm do meio rural e saem muito cedo de casa ficando um período muito longo sem se alimentar e a merenda é a única refeição que eles têm antes de retornarem para suas casas.

A escola garante o cumprimento do artigo 12 da lei de Diretrizes e Bases da Educação no seu parágrafo VI, que diz: A escola deve “articular – se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”.

No ano de 2013 completou sessenta e sei anos de fundação.

Como é possível verificar, a Escola Municipal João Beraldo realmente se faz democrática, ao garantir a participação de todos, através de sua gestão bem como pela maneira de construir e executar o seu projeto político pedagógico. E mais, afirma-se que democracia é um regime de governo no qual o poder de tomar importantes decisões políticas se encontra nas mãos dos cidadãos que compõem a sociedade. Sendo assim, é ao povo ou à comunidade que cabe discutir, refletir, pensar e encontrar soluções e intervenções para os próprios problemas.

Nesse patamar, a democracia escolar só se efetiva dentro de um processo de gestão democrática, entendida “como uma das formas de superação do caráter centralizador, hierárquico e autoritário que a escola vem assumindo ao longo dos anos” (ANTUNES, 2002, p. 131), cujo objetivo maior é garantir a participação e a autonomia das escolas. Vale ressaltar ainda que, “a gestão da escola não visa apenas à melhoria do gerenciamento da escola, visa também à melhoria da qualidade do ensino” (ANTUNES, 2002, p. 134).

Assim, o projeto político-pedagógico orienta o processo de mudança, ao direcionar o futuro pela explicitação de princípios, diretrizes e propostas de ação com o intuito de organizar, sistematizar bem como dar significado às atividades realizadas pela escola como um todo.

Ao construir os projetos das escolas, planeja-se o que realmente tem intenção de realizar. Lança-se para diante, a partir do que se tem indo ao encontro do possível. Conforme menciona Gadotti:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores (1994, p. 579).

Sendo assim, o projeto político-pedagógico (PPP) pode ser entendido como, um plano global da instituição escolar; é amplo e incorpora as diferentes perspectivas da escola; trata-se de um processo de planejamento participativo que, sendo

aberto e flexível, estará sempre em reestruturação e aperfeiçoamento; é um documento teórico-metodológico que registra um processo vivenciado e em reconstrução, para a intervenção e mudança da realidade.

Pode-se dizer que o projeto é também eminentemente pedagógico, porque todo o processo de participação coletivo educa para a cidadania, consciência política, autonomia, troca, parceria. Trata-se de um ato educativo que se institui não somente na escola, como também na família, nos movimentos sociais e outros grupos organizados por pessoas que intencionalmente “misturam” suas vidas com a educação.

Assim, como afirma Severino (1998, p. 81), que:

A Instituição escolar se dá como lugar do entrecruzamento do projeto coletivo da sociedade com os projetos pessoais e existenciais de educandos e educadores. É ela que viabiliza que as ações pedagógicas dos educadores se tornem educacionais, na medida em que os impregna das finalidades políticas da cidadania que interessa aos educandos. Se, de um lado, a sociedade precisa da ação dos educadores para a concretização de seus fins, de outro, os educadores precisam do dimensionamento político do projeto social para que sua ação tenha real significação como mediação do processo humanizador dos educandos.

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Regime de funcionamento

O ano letivo será de 200 dias de efetivo trabalho, com uma carga horária anual mínima de 900 horas.

A jornada escolar diária, de 2ª à 6ª feira, para a educação infantil e ensino fundamental.

A duração de cada aula ou módulo – aula será de 50 minutos.

O efetivo trabalho escolar corresponde às atividades escolares realizadas na sala de aula e em outros ambientes educativos, desde que obrigatórios para todos

os alunos. A escola manterá um sistema contínuo de comunicação com as famílias, para que a frequência à escola seja objeto de acompanhamento.

Justificativa

A Escola Municipal João Beraldo compromete-se com a educação da criança na idade de 04 a 10 anos de idade. Para isso, ela propõe transformar e educar.

Educar é proporcionar ao aluno as melhores condições, para que ele se torne um cidadão capaz de viver na sociedade.

Educar para a cidadania é o mesmo que apontar possibilidades, mostrar caminhos sem definir limites à liberdade de buscar o saber, o fazer e o ser. Isso é um esforço coletivo de elaboração, é um trabalho conjunto, um movimento social em direção ao bem comum. É preciso conscientizar de que o futuro da educação está em conceber e concretizar uma escola democrática, avançada e digna; uma escola que, de fato, responda aos anseios e às necessidades do nosso povo. Sendo total e íntegra, que receba todas as crianças e ofereça a elas as chances mais maduras e valiosas de construção e de crescimento de si mesmas, como cidadãs do mundo.

Nesta escola, queremos oferecer a todos que se dedicam à tarefa de ensinar, o aprender a viver várias situações de aprendizagem, que poderão ser enriquecidas e adaptadas conforme as necessidades e as possibilidades de cada aluno, de cada professor, de tal forma que, na individualidade, tenhamos o olhar voltado para a esperança.

Níveis e Modalidades de Ensino

Educação Infantil – I e II Período

Ensino Fundamental de 9 anos – 1º ano ao 5º ano

Ensino EJA – Em 2º endereço – E. M. Judite Costa Furtado – (Projeto Guri).

Diretora da Escola

Maria Célia Silva

Fone: (34) 3831 – 7930

Endereço: Rua Teodoro Gonçalves, 902

Bairro: São Cristovão

CEP: 38.740-000 – Patrocínio/MG

Habilitação: Licenciatura Plena e Pós-graduação em Pedagogia

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal João Beraldo, tem por finalidade oferecer serviços educacionais em função de atender as necessidades e características do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

Segundo Dourado; Oliveira; Santos (2010):

Uma compreensão mais aprofundada da ideia de uma escola de qualidade não pode perder de vista o nível do espaço social, ou melhor, a dimensão sócio-econômica e cultural, uma vez que o ato educativo escolar se dá em um contexto de posições e disposições no espaço social (em conformidade com o acúmulo de capital econômico, social e cultural dos sujeitos – usuários da escola), da heterogeneidade e pluralidade sócio-cultural, de problemas sociais refletidos na escola, tais como: fracasso escolar, desvalorização social dos segmentos menos favorecidos incluindo a autoestima dos alunos, etc. (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2010).

Atualmente, a Escola Municipal João Beraldo recebe alunos de todos os níveis econômicos, meio urbano e rural, criando grande heterogeneidade quanto à faixa etária e bagagem cultural. A escola mantém sistemática e contínua comunicação com as famílias, para que a frequência à escola seja objeto de acompanhamento.

Acredita-se na educação integral, como agente de transformação, capaz de promover todo o homem e o homem todo, cultiva os valores espirituais, morais, religiosos, étnicos e o valor cívico - sociais da nossa herança cultural. E ainda, incentiva o respeito a si mesmo e a pessoa do outro, a responsabilidade no cumprimento do dever, o esforço e a iniciativa, a cooperação, a compreensão e o cumprimento das normas da vida social bem como o desenvolvimento do pensamento crítico, a auto-disciplina e sua conservação, a ordem e o bem comum, a delicadeza a atividade criadora, o amor, a verdade e a justiça.

Tão perspectiva, na direção do enfrentamento dos problemas advindos do espaço social, deve materializar-se, por um lado, no projeto da escola por intermédio da clara definição dos fins da educação escolar, da identificação de conteúdos e conceitos relevantes no processo ensino-aprendizagem, da avaliação processual voltada para a correção de problemas que obstaculizam uma aprendizagem significativa, da utilização intensa e adequada dos recursos pedagógicos, do envolvimento da comunidade escolar e, sobretudo, do investimento na qualificação e valorização da força de trabalho docente, seja por meio da formação inicial seja por meio da formação continuada (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2010).

A fim de que a escola tenha uma direção a seguir e possa conseguir seus objetivos e alcançar suas metas, é imprescindível planejar o conjunto de ações a serem seguidas. Portanto, a escola procura sempre:

Propiciar um espaço democrático, garantindo a cada aluno o direito de aprender e de progredir com o sucesso em sua aprendizagem.

Estimular relacionamentos entre pais, funcionários, alunos, professores, especialistas de educação através de reuniões e encontros.

Viabilizar a utilização de metodologias adequadas e favoráveis ao sucesso pela criança.

Contribuir para que o educando se adapte no processo de alfabetização, desenvolva o físico, psicológico intelectual e social, auxiliando no processo de maturidade necessária para sua formação integral.

Segundo Casali (2004),

A concepção pedagógica explicitada revela o perfil do cidadão que se pretende formar. Só assim é possível controlar o rumo pretendido e manejar a história, com consciência do que faz e do que pretende fazer. Por isso, o projeto político pedagógico escolar é a oportunidade de a escola tomar-se nas mãos, e definir por si, coletivamente, participativamente, os seus compromissos junto aos alunos, junto a suas famílias. Essa é a forma de realizar de modo mais acabado o seu caráter cultural, democrático e educativo, junto à comunidade (CASALI, 2004).

A escola promoverá o desenvolvimento intelectual, emocional e integral do aluno através da ação do educador como um mediador das relações entre os diversos universos sociais nos quais os educandos se interagem, possibilitando a criação de condições, para que eles possam desenvolver capacidades ligadas à tomada de decisões, à construção de regras, à cooperação, à solidariedade, ao diálogo, ao respeito a si mesmo e aos outros, assim como sentimentos de justiça e ações de cuidado para consigo e com os outros.

Ainda, de acordo com o que afirma Dourado; Oliveira; Santos (2010):

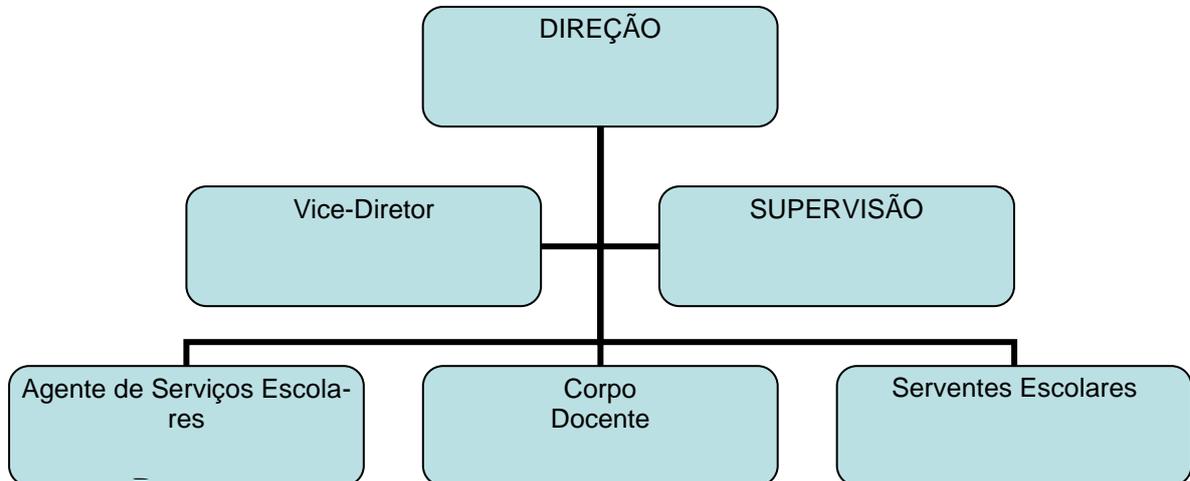
Faz-se necessário implementar políticas públicas e dentre essas, políticas sociais ou programas compensatórios que possam colaborar efetivamente no enfrentamento dos problemas sócio-econômico-culturais que adentram a escola pública. Nessa perspectiva, a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem deve envolver os diferentes setores a partir de uma concepção ampla de educação envolvendo cultura, esporte e lazer, ciência e tecnologia. Ou seja, é necessário avançar para uma dimensão de uma sociedade educadora, onde a escola cumpre a sua tarefa em estreita conexão com outros espaços de socialização e de formação do indivíduo garantindo

condições econômicas, sociais e culturais, bem como financiamento adequado à socialização dos processos de acesso e de permanência de todos os segmentos a educação básica (de zero a 17 anos), entendida como direito social (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2010).

Assim, segundo Veiga (2001, p. 16), “a direção da escola deve funcionar como coordenadora de um processo que envolve relações internas e externas, envolvendo o sistema educativo e a comunidade na qual a escola está inserida”.

2. Estrutura Organizacional

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa



A organização escolar compreende todos os órgãos necessários ao funcionamento da Unidade Escolar, abrangendo os seguintes serviços:

- Direção Geral;
- Assessor de Direção;
- Corpo Docente;
- Assistente Técnico Pedagógico;
- Assistente Técnico Administrativo;
- Serventes e Merendeira;
- Auxiliar de Biblioteca;
- Corpo Discente;
- Conselho Escolar;
- Caixa Escolar;
- Apoio – Escola X Família

A gestão de pessoas pressupõe a definição de papéis e das atribuições de cada servidor, em busca da harmonia do ambiente escolar e do alcance das metas estabelecidas.

Nesse sentido, cabe à diretora segundo Lück (2009):

Promover a gestão de pessoas na escola e a organização de seu trabalho coletivo, focalizada na promoção dos objetivos de formação e aprendizagem dos alunos.

Promover a prática de bom relacionamento interpessoal e comunicação entre todas as pessoas da escola, estabelecendo canais de comunicação positivos na comunidade escolar.

Auxiliar na interpretação de significados das comunicações praticadas na comunidade escolar, fazendo-as convergir para os objetivos educacionais.

Desenvolver na escola ações e medidas que a tornem uma verdadeira comunidade de aprendizagem, na qual todos aprendem continuamente e constroem, de forma colaborativa, conhecimentos que expressem e sistematizem essa aprendizagem.

Envolver de maneira sinérgica todos os componentes da escola, motivando e mobilizando talentos para a articulação de trabalho integrado, voltado para a realização dos objetivos educacionais e a melhoria contínua de desempenho profissional.

Promove na escola rede de relações interpessoais orientada pela solidariedade, reciprocidade e valores educacionais elevados.

Promover e orientar a troca de experiências entre professores e sua interação, como estratégia de capacitação em serviço, desenvolvimento de competência profissional e melhoria de suas práticas.

Criar rede interna e externa de interação e colaboração visando o reforço, fortalecimento e melhoria de ações educacionais e criação de ambiente educacional positivo.

Facilitar as trocas de opiniões, ideias e interpretações sobre o processo socioeducacional em desenvolvimento na escola, mediante a metodologia do diálogo, atuando como moderador em situações de divergências e de conflito.

A constituição da escola em uma organização de aprendizagem demanda efetiva e clara liderança do diretor escolar em estreita co-liderança com seus colaboradores. Conseqüentemente, o diretor escolar é líder educacional que mobiliza e orienta a todos os participantes da comunidade escolar na facilitação do desenvolvimento de uma visão de conjunto sobre a educação, o papel da escola e de todos nela participantes; na articulação de esforços; no compartilhamento de responsabilidades conjuntas; na formação de uma cultura de aprendizagem; na integridade, na

ética e na justiça expressas por equipes de trabalho continuamente acompanhadas, orientadas e estimuladas (LÜCK, 2009).

Desse modo, frente a uma liderança, a diretora da Escola Municipal João Beraldo deve levar em consideração vários aspectos relacionados à gestão de pessoas como: motivação, formação de equipe e compartilhamento de responsabilidades, capacitação profissional, comunicação e relacionamento interpessoal.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

A Escola Municipal João Beraldo conta com uma equipe de docentes capacitados para cada área de atuação. A equipe pedagógica e administrativa da escola compreende o papel dos docentes como um facilitador da aprendizagem e é ele que detém o poder de coordenação, organização, articulação problematização e sistematização das relações educativas.

Durante o ano letivo sempre há interação, articulação e trabalho em equipe entre os professores. Os planos de ensino, planejamentos e projetos sempre são planejados em consonância com a legislação vigente e sempre visando atender as principais dificuldades dos alunos.

Todos os docentes da escola possuem Graduação Superior específica a cada área de disciplina ministrada, sendo todos efetivos.

São atribuições dos docentes.

- Elaborar e executar integralmente os programas, planos e atividades da Escola;
- Cumprir e fazer cumprir os horários e calendários escolares;
- Ocupar-se com zelo, durante o horário de trabalho, no desempenho das atribuições;
- Manter e fazer com que seja mantida a disciplina em sala de aula e fora dela;
- Comparecer às reuniões para as quais for convocada;
- Participar das atividades escolares;
- Zelar pelo bom nome da unidade de ensino;
- Respeitar alunos, colegas, autoridades do ensino e funcionários administrativos, de forma compatível com a missão de educador;
- Tratar, em sala de aula, somente de assuntos pertinentes ao seu serviço;
- Ministras aulas e atividades, assinando imediatamente o livro de ponto;

- Manter assiduidade, comunicando com antecedência os atrasos e faltas individuais;
- Manter rigorosamente em dia a escrituração escolar;
- Promover avaliações dos alunos na forma da legislação vigente;
- Elaborar em conjunto, o planejamento de ensino e de aula;
- Proceder diariamente à chamada dos alunos, no livro próprio;
- Acompanhar a entrada e a saída dos alunos no início e término da aula;
- Interessar-se pela boa formação moral e cívica de seus alunos, empenhando na comemoração de datas da escola ou da turma.
- Adotar medidas que estimulem assiduidade, pontualidade, formação de hábitos de saúde e higiene, uso de uniforme, comprometimento com o estudo, desenvolvimento dos projetos da escola;
- Ajudar, o aluno em sua auto – avaliação inserindo como sujeito crítico, criativo, acompanhando fatos da atualidade, no campo cultural, político, econômico e social;
- Transmitir aos alunos observações de ordem administrativa e disciplinar ou alusivas a acontecimentos da escola;
- Participar ativamente das atividades cívicas, sociais, religiosas e outras;
- Comunicar à Direção da escola as faltas, um dia com antecedência e enviar o plano de aula;
- Colaborar com a Direção, zelando pelo prédio, pelo material escolar e especialmente pela limpeza e ordem de sua sala (Regimento Escolar, p. 36)

A supervisão pedagógica cumpre as suas atribuições conforme a Legislação pertinente (Resolução 7.150 – SEE/MG). Esse campo profissional constitui-se num trabalho que tem o compromisso juntamente com os professores de garantir os princípios de liberdade e solidariedade humana, no pleno desenvolvimento do educando, no seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e, para isso assegurar a qualidade de ensino, da educação, da formação humana.

São atribuições da supervisão pedagógica:

- Coordenar e organizar os trabalhos de forma coletiva na escola, oferecer orientação e assistência aos professores, bem como fornecer aos mesmos materiais e sugestões de novas metodologias para enriquecer a prática pedagógica;

- Orientar os professores no planejamento e desenvolvimento dos conteúdos, bem como sugerir novas metodologias que os avaliem na prática pedagógica e aperfeiçoem seus métodos didáticos;
- Acompanhar o desenvolvimento da proposta pedagógica da escola e o trabalho do professor junto ao aluno auxiliando em situações adversas.

De um modo geral, a atuação da supervisora pedagógica é de suma importância no âmbito da escola, pois, a mesma visa o acompanhamento ao aluno com ajuda de professores, a fim de atingir um bom desenvolvimento do ensino-aprendizagem, bem como ajuda no fornecimento de materiais alternativos, para tornar conteúdos mais atrativos visando sempre uma melhoria na aprendizagem.

E mais, procura soluções para situações que permeiam o relacionamento aluno-professor, pois é uma pessoa apta e disponível para atender problemas individuais, bem como elevar os bons trabalhos realizados.

Objetivos da Equipe Pedagógica

- Desenvolver atitudes favoráveis à participação efetiva dos pais na tarefa educativa;
- Identificar possíveis influências do ambiente familiar que possam estar prejudicando o desempenho do aluno e atuar sobre elas;
- Contribuir para o processo de integração escola/ família/ comunidade, atuando como elemento de ligação e comunicação entre todos;
- Orientar os pais para que tenham atitudes corretas em relação ao estudo dos filhos;
- Identificar possibilidades e disponibilidades de colaboração por parte dos pais em relação à escola;
- Colaborar com a escola e a família no desenvolvimento de aspectos importantes da educação do aluno, como o afetivo, sexual, de higiene, saúde e lazer;
- Atuar preventiva e remediativamente, via encaminhamento, em relação à saúde física e mental dos alunos;
- Identificar na comunidade oportunidades esportivas, culturais e de lazer que possam ser utilizadas pelos alunos.
- Favorecer o desenvolvimento sadio do educando e a sua formação intelectual;

- Oferecer relação de ajuda aos alunos que apresentam dificuldades de adaptação a escola e nas áreas intelectual, física, emocional e social;
- Levar o aluno a analisar, discutir, vivenciar e desenvolver valores, atitudes e comportamentos fundamentados em princípios universais;
- Desenvolver a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado da família e dos demais grupos que compõem a comunidade e a cultura em que vive o aluno;
- Despertar no educando a consciência da liberdade, o respeito pelas diferenças individuais, o sentimento de responsabilidade e confiança nos meios pacíficos para o encaminhamento e solução de problemas;
- Desenvolver uma atuação integrada com os professores para atingir uma ação consensual no que diz respeito aos aspectos morais e cívicos da educação.
- Desenvolver na ação integrada com o corpo docente e a equipe pedagógica, visando à melhoria do rendimento escolar, por meio de aquisição de bons hábitos de estudo.
- Instrumentar o aluno para a organização eficiente do trabalho escolar, tornando a aprendizagem mais eficaz.
- Identificar e assistir alunos que apresentem dificuldades de ajustamento à escola, problemas de rendimento escolar e dificuldades escolares.
- Conhecer o professor, conseqüentemente o aluno, para traçar metas de trabalho, em busca de melhorias;
- Proporcionar discussões sobre temas relacionados ao ensino aprendizagem, auxiliando o professor no seu trabalho em sala de aula;
- Estimular o professor a inovar seu trabalho;

Reunião Pedagógica

As reuniões pedagógicas têm a duração de 4 horas mensais. A participação dos professores é obrigatória, pois, além de fazer parte do contrato de trabalho, proporciona tempo e espaço de reflexão e aprimoramento profissional. O principal objetivo da reunião pedagógica é a formação continuada dos professores, através de estudos e da reflexão sobre a prática pedagógica.

E mais, as reuniões pedagógicas no âmbito da escola, são um espaço inteiramente privilegiado a fim de que haja a discussão da prática pedagógica, bem como um ambiente propício para a reflexão, ou seja, para a busca de soluções dos

problemas que podem vir a ocorrer e para o compartilhamento de novas metodologias de ensino.

A preparação das reuniões pedagógicas é algo a que deve ser analisado e feito segundo a realidade da clientela da escola. As reuniões devem variar de acordo com os objetivos que a equipe pedagógica pretende alcançar. Cabe ressaltar que, os professores precisam dispor de tempo para participar dessas reuniões e estarem juntos, para que de fato se possa trabalhar em equipe, ou seja, democraticamente.

Conselho de Classe

No processo de gestão democrática, o Conselho de Classe é essencial, pois [...] “guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objeto de estudo o processo de ensino que é o eixo central em torno do qual se desenvolve o processo de trabalho escolar” (DALBEM, 1995, p. 16).

O Conselho de Classe é um momento utilizado pela Escola para analisar os avanços dos alunos, o desempenho dos professores e da equipe escolar. O Conselho de Classe é realizado com a intenção de aprimorar a prática educativa, através de discussões sobre a disciplina, o comportamento e as dificuldades de cada aluno.

O Conselho de Classe da escola está atento aos seguintes detalhes:

- * postura do educador frente ao processo ensino-aprendizagem;
- * coerência entre prática pedagógica e a proposta da escola;
- * aproximação e melhor relacionamento entre professor e aluno;
- * comportamento do aluno frente à classe, ao professor e à escola;
- * verificação da coerência entre critérios de avaliação adotados pelos diferentes professores;
- * verificação quanto à avaliação do trabalho do professor na visão do aluno;
- * levantamento das necessidades dos alunos, para encaminhamentos à recuperação paralela e atendimento especial do professor na recuperação contínua;
- * levantamento de alunos infrequentes e com rendimento escolar insatisfatório, que necessitam de atendimento especial da escola.

Sendo assim, devem-se aproveitar as características do Conselho de Classe a fim de olhar a educação como um instrumento de transformação social auxiliando na superação dessa realidade bem como o modelo de gestão adotado nas escolas.

Planejamentos

Os planejamentos acontecem nos dias escolares que já são predeterminados no calendário escolar e sob a coordenação e orientação da Diretora, Vice – diretora e Supervisora com os professores reunidos por turmas.

Consiste na identificação, na análise e na estruturação dos propósitos da Escola em direção ao que se pretende alcançar, ao levar em consideração suas políticas e recursos disponíveis. Contempla indagações no âmbito do que fazer, como, por que, quando, por quem e onde.

Plano de Intervenção Pedagógica

O foco do acompanhamento e da avaliação das ações desenvolvidas na escola está centrado nos indicadores referentes aos resultados escolares, ao desempenho dos alunos, ao seu sucesso na vida escolar: melhor ensino, mais aprendizagem e melhor desempenho escolar. Esse é o olhar central de todos os envolvidos no processo.

A Escola precisa criar situações diferenciadas para atender aos alunos que não foram capazes de alcançar bons resultados. É necessário verificar, a existência de alunos que ainda não avançaram na consolidação das capacidades de leitura e de escrita. Constatada a situação, deve-se fazer a intervenção pedagógica e resolver o problema de alfabetização destes alunos.

Essas decisões devem ser discutidas e partilhadas com os professores, comunidade escolar, supervisor e com a família dos alunos. Devemos promover encontros frequentes com os pais, pois, todos podem e dão conta de participar das decisões. Eles valorizam a escola e querem o sucesso dos filhos.

A escola deve oferecer aos alunos diferentes oportunidades de aprendizagem definidas em seu Plano de Intervenção Pedagógica, ao longo de todo o ano letivo, após cada bimestre e no período de férias, a saber:

I - estudos contínuos de recuperação, ao longo do processo de ensino aprendizagem, constituídos de atividades especificamente programadas para o atendimento ao aluno ou grupos de alunos que não adquiriram as aprendizagens básicas com as estratégias adotadas em sala de aula;

II - estudos periódicos de recuperação, aplicados imediatamente após o encerramento de cada bimestre, para o aluno ou grupo de alunos que não apresentarem domínio das aprendizagens básicas previstas para o período;

III - estudos independentes de recuperação, no período de férias escolares, com avaliação antes do início do ano letivo subsequente, quando as estratégias de intervenção pedagógica previstas nos incisos I e II não tiverem sido suficientes para atender às necessidades mínimas de aprendizagem do aluno.

Como é possível averiguar, o Projeto de Intervenção Pedagógica tem como finalidade delinear a intencionalidade das ações a serem implementadas na escola e apresenta uma relação direta com as atividades curriculares previstas, bem como com as produções a serem realizadas e com a implementação deste projeto no âmbito escolar.

3. CURRÍCULO

Com o intuito de analisar o contexto educacional e curricular julga-se imprescindível compreendermos a evolução do pensamento pedagógico brasileiro e a influência deste na ação docente. Para tanto, é de suma importância recorrermos à história e a origem do currículo e suas questões atuais.

Conforme Moreira e Silva (1997, p. 28), “o currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação e recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”. O currículo escolar tem ação direta ou indireta na formação e desenvolvimento do aluno. Assim, é fácil perceber que a ideologia, cultura e poder nele configurados são determinantes no resultado educacional que se produzirá.

É preciso, ainda, considerar que o currículo se refere a uma realidade histórica, cultural e socialmente determinada, e se reflete em procedimentos didáticos, administrativos que condicionam sua prática e teorização. Enfim, a elaboração de um currículo é um processo social, no qual convivem lado a lado os fatores lógicos, epistemológicos, intelectuais e determinantes sociais como poder, interesses, conflitos simbólicos e culturais, propósitos de dominação dirigidos por fatores ligados à classe, raça, etnia e gênero.

A organização didático-pedagógica é entendida como o conjunto de decisões coletivas, necessárias à realização das atividades escolares, para garantir o processo pedagógico da escola. Por isso é constituída pelos seguintes componentes:

- dos níveis e modalidades de ensino da Educação Básica;
- dos fins e objetivos da Educação Básica em cada nível e modalidade de ensino;
- da organização curricular, estrutura e funcionamento;
- da matrícula;
- do processo de classificação;
- do processo de reclassificação;
- da transferência;
- da frequência;
- da avaliação, da recuperação de estudos e da promoção;
- do aproveitamento de estudos;

- da adaptação;
- da revalidação e equivalência;
- da regularização da vida escolar;
- do calendário escolar;
- dos registros e arquivos escolares;
- da eliminação de documentos escolares;
- da avaliação institucional;
- dos espaços pedagógicos.

Já no que se refere ao planejamento na Escola Municipal João Beraldo, o mesmo objetiva-se em conhecer o aluno/a, observar e categorizar as suas necessidades e a partir desta constatação, pensar em um planejamento concreto que faça a relação das vivências para o conhecimento.

Além disso, o planejamento deve contemplar a possibilidade de um movimento de ação – reflexão – ação na busca constante de um processo de ensino e aprendizagem produtiva. Deve-se dar ênfase às atividades; o conteúdo em sala de aula será resultado da discussão e da necessidade manifestada a partir do conhecimento que se tem do próprio estudante.

Logo, de posse de alguns dados referentes ao conhecimento internalizado pelo educando, passa-se a reflexão e discussão sobre os conhecimentos historicamente sistematizados. Essa forma permite que o professor e o aluno avancem em seus conhecimentos e se constituam como sujeitos reflexivos.

Atividades do planejamento

- Estabelecer períodos para observar o conhecimento prévio do aluno;
- Reunião por série. Aproximar as disciplinas construindo propostas interdisciplinares, professores e supervisora pedagógica;
- Agendar momentos no calendário escolar para planejar reuniões de módulo;
- Organizar projetos pedagógicos que envolvam todos os segmentos da escola;
- Planejamento por projetos e atividades de ensino;
- Reunião geral para planejar as questões pedagógicas e administrativas;
- Organização da escola;
- Acompanhamento às matrículas dos alunos;

- Composição do quadro de funcionários;
- Organização e distribuição de turmas;
- Reuniões administrativas e pedagógicas;
- Atendimento ao público;
- Organizar e manter à vista as atribuições de cada servidor;
- Garantir e dar suporte necessário para o desenvolvimento das ações;
- Observar os cronogramas e acompanhar as atividades programadas;
- Incentivar o jornal da escola;
- Assegurar o uso da biblioteca;
- Organizar e acompanhar com o especialista o plano de trabalho do professor eventual, do uso da biblioteca, das aulas especializadas e demais funcionários com suas atribuições;
- Assegurar o cumprimento e/ou correções necessárias, segurança, merenda, limpeza, materiais de consumo;
- Realização de Assembleia para compor o colegiado e o caixa escolar buscando representação dos pais;
- Incentivar e acompanhar equipes para monitorar o recreio;
- Assistir e acompanhar o número de alunos;
- Organizar e controlar a participação nas atividades cívicas sociais da escola;
- Acompanhar o planejamento, avaliações e trabalho diferenciado com alunos que possuam necessidades especiais;
- Reunião com os pais para entrega dos resultados.

Metas

- Processar e conhecer o aluno, compreendê-lo como um cidadão que deve ser um agente transformador da sociedade, além de crítico, responsável e participante;
- Integrar elementos da vida social aos conteúdos trabalhados;
- Trabalhar valores culturais, morais e físicos;
- Avaliação diagnóstica processual que leve em consideração todo o tempo de permanência e atuação do aluno em sala de aula;
- Buscar o comprometimento e participação dos pais/responsáveis na educação escolar;

- Apoio pedagógico aos professores através da supervisora pedagógica, do gestor, entre outros;
- Articulação do trabalho pedagógico – interdisciplinaridade;
- Atendimento extraclasse;
- Gerenciamento dos recursos financeiros de maneira participativa;
- Ampliar e reformar a rede física escolar;
- Repensar a prática pedagógica para diminuir a evasão e a retenção escolar;
- Estreitar laços entre família e escola;
- Fortalecer as relações entre os profissionais da escola, discutindo ética e responsabilidade de todos os envolvidos na comunidade escolar;
- Resgatar e ampliar o jornalzinho “Sino Escolar”;
- Estabelecer normas e regras de convivência, medidas disciplinares para a comunidade escolar;
- Disponibilizar pessoal que organize, acompanhe e controle o fluxo de alunos junto aos ônibus e vans na saída da escola;
- Promover encontros para estudo do Regimento Escolar e Legislação sobre direitos e deveres dos Servidores;
- Possibilitar a atuação do Colegiado Escolar em todas as ações e decisões da escola;
- Manter-se sempre informado da eficácia das atividades de ensino desenvolvidas pela escola;
- Realizar pesquisa com pais e alunos sobre a escola e utilizar o resultado para melhoria do processo pedagógico e administrativo;
- Construir em conjunto com toda a equipe da escola, um projeto pedagógico cuja filosofia tenha o aluno como foco principal;
- Garantir que o Plano de Intervenção Pedagógica da escola contenha atividades práticas que possibilitem o desenvolvimento das capacidades previstas para o aluno;
- Permanecer na escola durante o período de atividades escolares, participando de reuniões, supervisionando o bom andamento dos trabalhos, garantindo a participação de todos e melhorando a qualidade dos contatos informais;
- Participar de reuniões mensais com diretores de outras escolas do município ou da região;
- Visitar outras escolas para troca de boas práticas;

- Conscientizar o professor, por meio de diálogo e reuniões, da necessidade e direito do aluno à intervenção pedagógica, sempre que aprendizagem não ocorrer;
- Valorizar a autoestima e o autoconceito;
- Implementar a “Hora do Conto”: leitura de um livro para a família em casa e, em seguida, leitura para a turma em sala de aula;
- Formar turmas do PAV para os alunos com defasagem de aprendizagem;
- Incentivar os professores a trabalhar a autoestima e autoconfiança dos alunos;
- Incentivar o estudo, discussão e uso dos Cadernos da SEE/ (CEALE) e do Guia do Alfabetizador pelos professores;
- Disponibilizar mapas, jogos pedagógicos, material específico para a alfabetização, material de apoio ao aluno como: lápis, cola, tesoura, borracha, papel ofício, entre outros;
- Comunicar e analisar, junto com a escola, as metas do PROALFA e PROEB e afixá-la em locais estratégicos da escola (sala dos professores, entrada da escola);
- Atuar e influenciar, através de exemplo e atitudes: ser educado, responsável, pontual, respeitar os outros;
- Valorizar o esporte através de torneios, gincanas, olimpíadas;
- Possibilitar a formação de posturas e atitudes ecologicamente corretas;
- Zelar e cuidar do patrimônio público (dependência da escola, móveis escolares, entre outros);
- Incentivar práticas pedagógicas inovadoras, aprendizagens significativas, contextualização do ensino;
- Garantir a realização dos encontros do Módulo II com ênfase nos aspectos pedagógicos;
- Promover atividades como “Comunidade na Escola” – dia organizado anualmente, em que cada professor apresenta os trabalhos que desenvolveu com a sua turma ao longo do ano, ao mesmo tempo em que se oferecem à comunidade serviços de atendimento ao cidadão, atividades de lazer, lanche, café;
- Manter os pais e responsáveis informados a respeito de eventuais problemas de aprendizagem, de comportamento e de saúde do filho.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social. A escola, os professores e os alunos são integrantes dessas relações sociais, portanto, permeados por influências econômicas, políticas e culturais que caracterizam a sociedade de classes.

Isso significa que os elementos do planejamento escolar – objetivos, conteúdos, método de ensino - têm suas implicações sociais e um significado político. Por essa razão, o planejamento é uma atividade de reflexão acerca das nossas opções e ações; se não pensarmos devidamente sobre o rumo que devemos dar ao nosso trabalho, ficaremos entregues aos rumos estabelecidos pelos interesses dominantes na sociedade.

Assim, o trabalho docente é uma atividade consciente e sistemática, em cujo centro está a aprendizagem ou o estudo dos alunos, fundamentada em opções político-pedagógicas.

Nesse sentido, o planejamento escolar apresenta as seguintes funções:

- explicitar princípios, diretrizes e procedimentos de trabalho docente que assegurem a articulação entre as tarefas da escola e as exigências do contexto social e do processo de participação democrática;
- expressar os vínculos entre o posicionamento filosófico, político-pedagógico e profissional, as ações efetivas que o professor irá realizar em sala de aula, através de objetivos, conteúdos, métodos e formas organizativas de ensino;
- assegurar a racionalização, organização e coordenação do trabalho docente, de modo que a previsão das ações docentes possibilite ao professor a realização de um ensino de qualidade e evite a improvisação e rotina;
- prever objetivos, conteúdos e métodos a partir da consideração das exigências propostas pela realidade social, do nível de preparo e das condições socioculturais e individuais dos alunos;
- assegurar a unidade e a coerência do trabalho docente, uma vez que torna possível interrelacionar, em um plano, os elementos que compõem o processo de ensino: os objetivos (para que ensinar), os conteúdos (o que ensinar), os alunos e suas pos-

sibilidades (a quem ensinar), os métodos e técnicas (como ensinar) e a avaliação, que está intimamente relacionada aos demais;

- atualizar o conteúdo do plano sempre que é revisto, aperfeiçoando-o em relação aos progressos feitos no campo de conhecimentos, adequando-os às condições de aprendizagem dos alunos, aos métodos, técnicas e recursos de ensino que vão sendo incorporados na experiência cotidiana;

- facilitar a preparação das aulas: selecionar o material didático em tempo hábil, saber que tarefas o professor e alunos devem executar e replanejar o trabalho frente a novas situações que aparecem no decorrer das aulas.

Ao se elaborar o plano da escola, faz-se necessário que se analisem os seguintes dados:

- a) Tomada de decisões sobre as finalidades da educação escolar na sociedade e na escola;
- b) Levantamento das diretrizes gerais da escola: estrutura curricular; critérios de seleção de objetivos e conteúdos; metodologia e sistema de avaliação;
- c) Diretrizes quanto à organização e à administração: estrutura organizacional da escola; atividades coletivas do corpo docente; calendário e horário escolar; sistema de organização de classes, de trabalho com os pais; atividades extraclasse; sistema de formação continuada do pessoal docente e administrativo e normas gerais de funcionamento da vida coletiva;
- d) Bases de dados teóricos e metodológicos da organização didática e administrativa: tipo de homem que queremos formar, tarefas da educação, o significado pedagógico do trabalho docente;
- e) Caracterização sociocultural, econômica e política dos alunos em relação à comunidade inserida.

Após conhecermos os níveis de planejamentos realizados na área educacional, sua importância, bem como os dados necessários que antecedem a sua elaboração, dá-se ênfase ao planejamento de ensino e suas implicações na escola e nas situações específicas entre o professor e a classe.

Os procedimentos de ensino enfatizam as ações do professor de forma geral e específica, ou seja, podem ser a metodologia que o professor usa para realizar a sua aula, como podem ser as ações concretas expressadas através das atividades, das estratégias, das dinâmicas, dos recursos e materiais didáticos utilizados, e as

relações desses materiais com os diversos fatos e experiências de aprendizagem dos alunos.

De um modo geral, as atividades, as dinâmicas, podem ser realizadas tanto individualmente quanto em grupo, ou seja, professora juntamente com seus alunos. Esses meios que o professor utiliza para facilitar a aprendizagem do aluno são identificados como “técnicas de ensino”. As técnicas de ensino, se usadas, e se bem selecionadas, criam nos alunos motivos para o alcance dos objetivos propostos no planejamento. Assim, é preciso haver uma relação entre os procedimentos, os objetivos e os conteúdos da natureza de aprendizagem para o aluno.

O professor como facilitador do ensino e intermediário das relações entre professor e aluno, no processo de ensino-aprendizagem deve ter habilidade para a seleção desses recursos, para melhor ensinar; e da melhor forma para o aluno aprender.

Os recursos utilizados pelos professores da escola trazem contribuição no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que:

- a) Facilitam a compreensão do aluno;
- b) Enfatizam o interesse e concentração;
- c) Fornecem informações complementares;
- d) Estimulam a expressão verbal e escrita;
- e) Sintetizam conhecimentos;
- f) Estabelecem relações entre imagens significativas de pessoas, objetos e lugares, com o conteúdo que está sendo desenvolvido;
- g) Estimulam a imaginação e criatividade;
- h) Proporcionam respostas adequadas para a aprendizagem.

Os recursos didático-pedagógicos utilizados na escola são:

- humanos: os professores, os alunos, o pessoal da escola, a comunidade, entre outros.

- materiais ou didáticos:

a) recursos audiovisuais: quadro de giz, flanelógrafo, cartaz, painel, slide, álbum seriado, rádio, CD, filmes, dramatizações, álbum seriado, cartão relâmpago, ensino por fichas, estudo dirigido, gráficos, história em quadrinhos, ilustrações, jogos, jornal, livro didático, mapas, globos, modelos, mural, peça teatral, quadro de pregas, sucatas, textos, maquetes, equipamentos esportivos, DVD, retroprojektor.

b) recursos tecnológicos: projetor de slide, TV, data show, computador, internet, entre outros.

c) recursos da comunidade/parcerias: palestras, entrevistas, bibliotecas públicas, teatro.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A gestão da educação, a fim de conseguir responder às exigências de qualidade e de produtividade da escola, deverá ser realizada em caráter mediador, assumindo a forma democrática, forma essa que lhe permitirá, a um só tempo, implementar o diálogo como característica pedagógica fundamental e atender tanto ao direito de participação da população quanto ao controle democrático do estado para desempenhar da melhor forma possível suas funções.

Por ser a escola uma comunidade, o papel do diretor difere dos outros administradores, mas é certo que a escola necessita de líderes que saiba administrar seus assuntos internos e externos a cada dia, a cada momento.

Sendo assim, a função do diretor deve ser ensinar e aprender, por isso deve administrar todos os outros assuntos para facilitar essa atividade principal. Por isso, a pessoa escolhida para essa importante posição sempre é um professor, um mestre competente e dedicado, com bastante experiência de sala de aula.

Concepções Pedagógicas de Educação

O processo educacional deve contemplar um tipo de ensino e aprendizagem que ultrapasse a mera reprodução de saberes “cristalizados” e desemboque em um processo de produção e de apropriação de conhecimento e transformação, possibilitando assim, que o cidadão torne-se crítico e que exerça a sua cidadania, refletindo sobre as questões sociais e buscando alternativas de superação da realidade.

A Escola valoriza o trabalho compartilhado, expresso pelo Conselho Escolar, Assembleias da Comunidade e Conselhos de Classe, entre outros, Nas Assembleias da comunidade, têm-se o cuidado de garantir o espaço democrático de participação de todos. Na Escola todos podem se expressar sem medo de “ficar marcado”, principalmente o aluno, pais e demais membros da comunidade pode opinar, criticar e sugerir medidas sobre o trabalho escolar.

Relação Escola e Comunidade

Funciona na escola o Conselho Escolar. As reuniões com os pais são realizadas de acordo com a necessidade e, também, na entrega de resultados bimestralmente.

O Conselho de classe é realizado de forma individual.

As reuniões acontecem sob módulo, conselho de classe e reuniões de pais - reuniões para entrega de notas.

As reuniões estruturam-se a partir dos objetivos definidos em função das necessidades pedagógicas prioritárias das turmas. As mesmas estão previstas no calendário escolar para facilitar sua organização, preparação e a participação dos professores das turmas, do supervisor pedagógico, e da presença do diretor informando-se e/ou liderando os rumos desejados.

Conselho Escolar

O Conselho Escolar da Escola João Beraldo conta com a participação da diretoria, representação dos professores, representação dos especialistas, representantes dos demais funcionários administrativos, representação dos pais ou responsáveis legais por alunos matriculados e frequentes, segmentos de pais representando alunos menores e representação de entidades comunitárias.

O Conselho Escolar visa ao desenvolvimento das atividades de ensino, dentro do espírito democrático, assegurando a participação dos segmentos da Comunidade Escolar na discussão das questões pedagógico-administrativo-financeiras.

Art. 3º - O Conselho Escolar tem função:

- I – consultiva em planos e programas administrativo-pedagógicos;
- II – deliberativa em questões financeiras;
- III – fiscalizadora em questões administrativo-pedagógico e financeiras.

Parágrafo Único na definição das questões pedagógicas ficam resguardados os princípios constitucionais, a legislação federal, estadual e municipal vigente e as normas e diretrizes da Secretaria Municipal de Educação.

Conselhos, ONG's, Associações e outras instituições:

A Escola conhece e mantém estreito relacionamento com o Conselho Tutelar, trabalha de forma cooperativa com ele, busca auxílio nele em caso de necessidade.

Mantém formas de comunicação e informação abertas, socializando e propiciando transparência de suas ações, principalmente em ações inerentes ao Projeto Jandira.

Projeto Jandira

Implantado na Comarca de Patrocínio desde o ano de 2009, articula e viabiliza o combate efetivo à evasão, à infrequência e à indisciplina escolar, visando garantir que crianças e adolescentes concluam o ensino fundamental, resguardando-se o direito de acesso e permanência destes no sistema oficial de ensino.

São objetivos do Projeto Jandira, dentre outros: promover a reinserção de alunos evadidos ou a regularização da frequência escolar insatisfatória, promover a fiscalização da destinação adequada dos recursos advindos do programa federal de distribuição de renda, Bolsa Família, zelando para que a percepção dos benefícios se destine a quem cumpra os requisitos necessários, sendo um destes a regular vida escolar do aluno, bem como as condicionalidades referentes à saúde e à alimentação.

Para tanto, cumpre o órgão ministerial, papel de articulação e integração de setores da Administração Escolar e Municipal no sentido de unificar ações que favoreçam o ingresso e a permanência de crianças e adolescentes na escola.

O papel de articulação e integração mencionado poderá ganhar contornos amplos e estruturados com a criação da Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Educação, visando organizar, no âmbito estadual, as ações ministeriais ligadas ao setor educacional.

Conselho de Classe

Conselho de Classe é um momento utilizado pela Escola para analisar os avanços dos alunos, o desempenho dos professores e da equipe escolar. O Conselho de Classe é realizado com a intenção de aprimorar a prática educativa, através de discussões sobre a disciplina, o comportamento e as dificuldades de cada aluno.

O Conselho de Classe da escola está atento aos seguintes detalhes:

- * postura do educador frente ao processo ensino-aprendizagem;
- * coerência entre prática pedagógica e a proposta da escola;

- * aproximação e melhor relacionamento entre professor e aluno;
- * comportamento do aluno frente à classe, ao professor e à escola;
- * verificação da coerência entre critérios de avaliação adotados pelos diferentes professores;
- * verificação quanto à avaliação do trabalho do professor na visão do aluno;
- * levantamento das necessidades dos alunos, para encaminhamentos à recuperação paralela e atendimento especial do professor na recuperação contínua;
- * levantamento de alunos infrequentes e com rendimento escolar insatisfatório, que necessitam de atendimento especial da escola.

Caixa Escolar e Conselho Fiscal

A comunidade escolar conhece as normas de funcionamento da Caixa Escolar. Comunidade e direção sabem que Caixa Escolar é uma instituição pública de direito privado e o que isso significa. Os membros do Conselho Fiscal são bem preparados para assumir suas atribuições. O Estatuto da Caixa Escolar corresponde à filosofia e à política da escola e prevê a utilização dos recursos financeiros de acordo com o plano de ação.

Eventos Cívicos Sociais da Escola

- Carnaval na escola;
- Dia Internacional da Mulher;
- Auditórios;
- Horas Cívicas;
- Semana da Alimentação;
- Páscoa;
- Aniversário da escola;
- Festa Junina;
- Dia da Supervisora;
- Dia do Soldado;
- Festa da Família;
- Mês da Bíblia;
- Semana da Pátria;

- Primavera;
- Dia da Árvore;
- Semana Nacional do Trânsito;
- Semana da Criança;
- Dia do Professor;
- Proclamação da República;
- Dia da Bandeira;
- Dia Mundial de Ação de Graças;
- Encerramento.

Projetos desenvolvidos na escola

1. Projeto Semana da Alimentação;
2. Projeto da Paz;
3. Projeto da Leitura;
4. Projeto de Valores;
5. Projeto Festa Junina;
6. Projeto da Família;
7. Projeto Semana da Criança;
8. Projeto Teatro;
9. Projeto Capoeira;
10. Projeto Bullying.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Ao ser considerado como “organismo vivo” (LÜCK, 2005), caracterizada por uma rede de relações entre seus partícipes, a organização escolar ganha novo enfoque que pode levá-la a desenvolver e assumir novas ações, viabilizar novas propostas, adequar-se de fato aos processos sociais que estão no seu entorno, como a multiculturalidade da sociedade e a diversidade associada a uma ampla demanda social por participação.

É por esse motivo que a Escola Municipal João Beraldo apresenta uma gestão ágil, integrada, capaz de interpretar criticamente e viabilizar suas propostas à capacidade de elaborar e executar o seu projeto político-pedagógico, ou seja, uma gestão que abre novos horizontes para que os grupos também liderem e se sintam motivados a realizar ações eficientes e prazerosas pela participação consciente.

No âmbito desta escola, supõe-se que diariamente permanência a boa convivência e diálogo entre as pessoas que, pela própria condição humana, pensam de modo diferente, têm desejos diferentes, buscam coisas diferentes. Mas, como temos objetivos a serem atingidos, procuramos contar sempre com a participação e o esforço de todos e isso implica a capacidade das pessoas de discutir, elaborar e aceitar regras coletivamente, além de ultrapassar obstáculos e divergências, a fim de implementar o projeto da escola.

A ideia de uma gestão escolar participativa, portanto democrática, se relaciona à função social que a escola deve cumprir que é a formação de sujeitos construtores do seu próprio conhecimento, através do conhecimento universalmente construído, sujeitos conhecedores da cultura, críticos, autônomos, capazes por lutar por seus direitos.

Tal perspectiva de gestão ganhou forma a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96 -, que estabelecem a gestão democrática e participativa como forma mais apropriada de gerir as escolas e os sistemas de ensino.

Entre os princípios da Constituição Federal apresenta-se a gestão democrática e outros princípios como igualdade, liberdade, pluralismo de ideias, gratuidade do ensino, valorização dos profissionais, garantia do padrão de qualidade, os quais garantem o direito à participação, que significa a possibilidade dos sujeitos de intervir

na construção de uma escola melhor, menos autoritária, mais viva, dinâmica, flexível e humana.

Sendo assim, cotidianamente, toda a equipe pedagógica da Escola Municipal João Beraldo trabalham em prol destes sete princípios da Constituição Federal, a fim de torná-los realidade. Julgamos ser fundamental a participação de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem em qualquer processo de tomada de decisões e planejamento a fim de transformar a realidade que nos cerca e, ao mesmo tempo, nos ajudar a desenvolver a democracia, tão requerida por todos.

Vale ressaltar que, toda a equipe pedagógica da Escola Municipal João Beraldo acredita que, a participação é um processo educativo tanto para a equipe gestora quanto para os demais membros da comunidade escolar e local. Ela permite confrontar ideias, argumentar com base em diferentes pontos de vista, expor novas percepções e alternativas.

**RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS LOTADOS NA S.M.E.
ESCOLA MUNICIPAL JOÃO BERALDO**

Nº	Nome	RESP	ADMISSÃO	SITUAÇÃO FUNCIONAL	CARGO/FUNÇÃO - DISCIPLINA QUE ATUA	TURNOS
1.	Alessandra Gomes Silva	5099	01/02/2013	Efetiva	Prof. Ensino Infantil	T
2.	Alexandra Aparecida Côrtes Nascimento	5104	01/02/2013	Efetiva	Prof. Ensino Infantil	T
3.	Alícia Afonso da Silva Pereira	4363	01/02/2011	Efetiva	Servente Escolar	M/N
4.	Aline Luiz de Oliveira Ferreira	3796	01/02/2011	Efetiva	Professora P1	M
5.	Amanda Karla Martins Pereira Nunes	5114	01/02/2013	Efetiva	Prof. Ensino Infantil	T
6.	Ana Carolina Pires Davi Alves	05118	01/02/2013	Efetiva	Prof. P1 Ed. Física	M
7.	Aparecida Donizete Pereira	3812	18/10/2004	Efetiva	Servente Escolar	M/T
8.	Deisy Cristiane Caixeta Vaz	3860	01/02/2011	Efetiva	Professora P1	M
9.	Edivânia das Graças Romão	5009	01/06/2012	Efetiva	Servente Escolar	M/T
10.	Edma Aparecida Brito	05200	01/02/2013	Efetiva	Professora P1	M
11.	Elem Cássia de Souza Martins	05209	01/02/2013	Efetiva	Prof. P1 Ed. Física	M/T
12.	Eliane Isabela Caetano Assunção Germano	5215	01/02/2013	Efetiva	Professora P1	M
13.	Elizabeth Aparecida da Mota Duarte	3905	01/10/2010	Efetiva	Servente Escolar	M/T
14.	Fátima Madalena Gonçalves do Prado Nascimento	1429	02/08/1999	Efetiva	Prof. Ensino Infantil	M
15.	Geralda da Cunha de Castro Pereira	05255	01/02/2013	Efetiva	Prof. P1 Ensino Religioso	M/T
16.	Gisela Maria de Souza Alves	5259	01/02/2013	Efetiva	Prof. Ensino Infantil	T

17.	Gláucia Silva Pereira	3970	01/02/2011	Efetiva	Servente Escolar	M/T
18.	Iolanda Fátima Silva	5277	01/02/2013	Efetiva	Professora P1	T
19.	Íris de Fatima Souza Moreira	1562	02/02/2006	Efetiva	Prof. Ensino Infantil	T
20.	Irlene Gonçalves de Paiva	05704	15/04/2013	Efetiva	Ag. Serviços Escolares	M/T
21.	Katiane Aparecida de Souza	5318	01/02/2013	Efetiva	Professora P1	T
22.	Kelly Fabiana de Souza Carvalho	5320	01/02/2013	Efetiva	Professora P1	T
23.	Luana Lilian Silva	5354	01/02/2013	Efetiva	Professora P1	T
24.	Lucélia Márcia de Paula Filgueira	4061	01/02/2011	Efetiva	Professora P1	M
25.	Lucia de Lourdes Cruz	4063	01/02/2011	Efetiva	Servente Escolar	M/T
26.	Luciana Aparecida Alves de Souza Rodrigues	5359	01/02/2013	Efetiva	Professora P1	M
27.	Maraisa Chagas Gonçalves	5377	01/02/2013	Efetiva	Prof. Ensino Infantil	T
28.	Maria Célia Silva	80565	01/02/2013	Contrato	Direção	M/T
29.	Maria de Fátima Rodrigues	4112	01/02/2011	Efetiva	Servente Escolar	M/T
30.	Maria Leila Pereira Borges	02062	01/02/2013	Efetiva	Secretaria Municipal de Educação	
31.	Maria Lúcia de Castro	4123	01/02/2011	Efetiva	Professora P1	M
32.	Marta Mendes Lopes	4142	01/02/2011	Efetiva	Servente Escolar	M/T
33.	Mirian das Dores Silva Santos	5430	01/02/2013	Efetiva	Professora P1	M
34.	Neiva de Lourdes de Jesus	5442	01/02/2013	Efetiva	Professora P1	M
35.	Pauliana Aparecida Sangaleti dos Reis	4182	01/02/2013	Efetiva	Professora P1	M
36.	Pauliana Aparecida Sangaleti dos Reis	5463	01/02/2011	Efetiva	Professora P1	T
37.	Renata Cristina Machado Fujii	4199	01/02/2011	Efetiva	Prof. Ensino Infantil	T
38.	Rosa Maria Guimarães Queiroz	80569	01/02/2013	Contrato	Vice-Diretora	M/T
39.	Rosa Valdomira Cunha Vieira	4672	18/07/2011	Efetiva	Servente Escolar	M/T
40.	Rosângela de Lima Ribeiro	4217	01/02/2011	Efetiva	Servente Escolar	M/T
41.	Rosivania de Fatima Marcelino		04/04/2013	Contrato	Supervisora	M/T
42.	Sirlei de Fátima Gonçalves Trevisanuto	4244	01/02/2011	Efetiva	Professora P1	M
43.	Sônia Maria Alves	5523	01/02/2013	Efetiva	Professora P1	M/T
44.	Vanessa Fatima dos Reis Ribeiro Marins	5543	01/02/2013	Efetiva	Professora P1	M
45.	Vicença Zeferina Diniz Carvalho	4916	12/03/2012	Efetiva	Servente Escolar	M/T
46.	Wesley Pereira Guedes	4298	01/02/2011	Efetiva	Ag. Serviços Escolares	T/N

7. AVALIAÇÃO

Ao avaliar deve-se ter em mente o processo como um todo, bem como aquele a quem está avaliando. Dentre as dificuldades que se coloca sobre a avaliação, estão presentes ainda muitas questões do passado como: provas, trabalhos, reforço escolar, observação do professor (a), apropriação dos conceitos, o empenho dos estudantes, as condições objetivas da prática docente, em relação à correção, critérios e pareceres.

Compreendemos que a avaliação deve permear todas as atividades pedagógicas principalmente na relação professor com aluno (a) e no tratamento dos conhecimentos trabalhados. Portanto, a intervenção do professor ajuda a construir as mediações necessárias para construção do conhecimento.

Na Educação Infantil, a avaliação não possui caráter de promoção, seu objetivo é diagnosticar e acompanhar o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos.

No EJA, a verificação do desempenho escolar busca avaliar o grau de desenvolvimento do aluno conhecer dificuldades e possibilidades, a fim de programar as ações educacionais, necessárias. A avaliação será contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período.

Verificação do Rendimento Escolar e Formas de Avaliação

A avaliação é uma atitude constante em todo trabalho planejado. É a constatação da correspondência entre a proposta de trabalho e sua consecução.

No Ensino Fundamental, a avaliação de aproveitamento escolar do aluno terá por objetivo a verificação das aprendizagens qualitativa e quantitativa, com a preponderância do aspecto qualitativo sobre o aspecto quantitativo.

No Ensino Fundamental dos Anos Iniciais os registros das avaliações, utiliza-se conceito Ciclo da Alfabetização (3) anos: 1º, 2º, 3º Anos Ciclo Complementar (2) anos: 4º e 5º ano.

A – Alcançou suficientemente os objetivos de estudo.

B – Alcançou parcialmente os objetivos de estudo.

C – Com um pouco mais de esforço, conseguirá alcançar os objetivos de estudo.

Da avaliação da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem dos alunos, realizada pelos professores, em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola, parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, redimensionadora da ação pedagógica, deve:

I - assumir um caráter processual, formativo e participativo;

II - ser contínua, cumulativa e diagnóstica;

III - utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos;

IV - fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos;

V - assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;

VI - prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo;

VII - assegurar tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos Componentes Curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente;

VIII - possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com distorção idade ano de escolaridade.

Na avaliação da aprendizagem, a Escola deverá utilizar procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando e utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias.

As formas e procedimentos utilizados pela Escola para diagnosticar, acompanhar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos alunos, deve expressar, com clareza, o que é esperado do educando em relação à sua aprendi-

zagem e ao que foi realizado pela Escola, devendo ser registrados para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar.

A análise dos resultados da avaliação interna da aprendizagem realizada pela Escola e os resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - SIMAVE-, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - PROEB -, pelo Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA - deve ser considerados para elaboração, anualmente, pela Escola, do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP).

Objetivos da Avaliação

- I - acompanhar e verificar o desempenho e a aprendizagem dos conhecimentos;
- II - verificar se o aluno transfere conhecimento na resolução de situações novas;
- III - avaliar se o aluno está se apropriando dos conhecimentos e se estes estão sendo significativos e contínuos;
- IV - detectar, analisar e retomar a defasagem no aprendizado;
- V - repensar novas estratégias de trabalho em classe.

Instrumentos de Avaliação

- I - todo trabalho realizado com o aluno é em potencial um instrumento de avaliação;
- II - provas, trabalhos de pesquisa, listas de exercícios (individuais ou em grupo), entre outros, devem avaliar os conteúdos e habilidades de forma clara e inteligível;
- III - os instrumentos devem avaliar o aluno passo a passo, de forma continuada;
- IV - são igualmente importantes a auto-avaliação e a avaliação formativa;
- V - toda proposta deve levar o aluno a estar em contato com a construção do conhecimento;
- VII - os instrumentos devem avaliar o raciocínio e a criatividade do aluno.

Sistema de Avaliação Critérios

- I – Avaliação do aproveitamento escolar;
- II – Apuração de frequência.

Ao término do ano letivo serão somadas as faltas que o aluno obteve por bimestre. Ao término do ano letivo será considerado promovido o aluno que obtiver número total de pontos anual igual ou superior a 50 pontos (cinquenta pontos) em todas as disciplinas e frequência anual, igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento).

Estudos Orientados

O aluno de aproveitamento insuficiente será submetido a estudos de recuperação.

Os trabalhos de estudos orientados serão realizados regularmente, no decorrer dos períodos letivos, através de atividades escolares suplementares, orientadas pelo professor da classe, com programação estabelecida pela coordenação pedagógica. Os períodos de estudos orientados precederão todo o ano letivo.

Sendo assim, a escola deve organizar diferentes estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem e de avaliação dos alunos, oferecendo no decorrer do ano letivo e após o mesmo aos alunos:

- I - estudos orientados a partir de atividades especificamente programadas para o atendimento de alunos ou grupos de alunos que demonstrarem dificuldades ao longo do processo de aprendizagem;
- II - estudos orientados presenciais, imediatamente após o encerramento do ano letivo, para os alunos que não apresentaram domínio suficiente das aprendizagens básicas previstas para o período;
- III - estudo independente a ser realizado no período de férias escolares, com avaliação prevista para a semana anterior ao início do ano letivo subsequente, quando as estratégias mencionadas nos incisos I e II não forem suficientes para atender as necessidades mínimas de aprendizagem do aluno.

Ao aluno em progressão parcial devem ser assegurados estudos orientados, conforme Plano de Intervenção Pedagógica elaborado, conjuntamente, pelos professores do(s) Componente(s) Curricular (es) do ano anterior e do ano em curso, com a finalidade de proporcionar a superação das defasagens e dificuldades em temas e tópicos, identificadas pelo professor e discutidas no Conselho de Classe.

Os estudos previstos no Plano de Intervenção Pedagógica devem ser desenvolvidos, obrigatoriamente, pelo(s) professor (es) do(s) Componente(s) Curricular(es) do ano letivo imediato ao da ocorrência da progressão parcial. O cumprimento do processo de progressão parcial pelo aluno poderá ocorrer em qualquer época do ano letivo seguinte, uma vez resolvida a dificuldade evidenciada no(s) tema(s) ou tópico(s) do(s) Componentes Curricular (es).

PROMOÇÃO

A verificação do rendimento escolar decorrerá da avaliação do aproveitamento e apuração da assiduidade.

Será considerado promovido para o ano subsequente ou concluinte do curso, o aluno que obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média final igual ou superior a 50 pontos. O aluno com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média INSUFICIENTE ou inferior a 50 pontos poderá ser promovido, se submetido aos procedimentos de recuperação previstos no presente.

A promoção por assiduidade não exclui a responsabilidade de avaliação dos conteúdos trabalhados CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO - SITUAÇÕES PARA REGULARIZAÇÃO DE VIDA ESCOLAR LDB nº 9394/96; Pareceres CEE nº 1132/97 e nº 1158/98; Parecer CEE nº 388/2003 de 26 de maio de 2003.

Classificação

Independente de escolarização anterior a definição do posicionamento do educando em qualquer série anual, período semestral ou ciclo, EXCETO, na 1ª série do Ensino Fundamental, com ausência de registro de vida escolar do aluno, observando o Regimento Escolar e a Proposta Pedagógica (LDB, n.º 9394/96; Pareceres, CEE, nº 1132/97 e nº 1158/98; Parecer, nº 553/2003 de 29-07-2003).

Reclassificação

É o reposicionamento do educando em série, período, ciclo, fase ou etapa diferente a do histórico escolar observando o Regimento Escolar e a Proposta Pedagógica da instituição.

É uma decisão feita por uma comissão, devendo ser lavrada em ata e arquivado na pasta individual do aluno.

Da progressão continuada

A progressão continuada nos anos iniciais do Ensino Fundamental deve estar apoiada em intervenções pedagógicas significativas, com estratégias de atendimento diferenciado, para garantir a efetiva aprendizagem dos alunos no ano em curso.

As Escolas e os professores, com o apoio das famílias e da comunidade, devem envidar esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis, e ainda:

I - criando, ao longo do ano letivo, novas oportunidades de aprendizagem para os alunos que apresentem baixo desempenho escolar;

II - organizando agrupamento temporário para alunos de níveis equivalentes de dificuldades, com a garantia de aprendizagem e de sua integração nas atividades cotidianas de sua turma;

III - adotando as providências necessárias para que a operacionalização do princípio da continuidade não seja traduzida como “promoção automática” de alunos de um ano ou ciclo para o seguinte, e para que o combate à repetência não se transforme em descompromisso com o ensino-aprendizagem.

Frequência

É obrigatória a frequência às aulas previstas no calendário escolar anual, com necessidade do mínimo de assiduidade correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do total de aulas dadas, nos termos da LDB. No. 9.394/96.

As presenças e ausências dos alunos às atividades escolares serão registradas pelos professores e enviadas à Secretaria. É vedado o abono de falta às atividades escolares, salvo nos casos expressos na legislação vigente.

Os dados relativos à apuração de assiduidade deverão ser comunicados ao aluno e ao pai ou responsável, após cada síntese de avaliação.

Organização de turmas e horários

A organização de turmas e horários fica na responsabilidade da supervisora pedagógica e direção escolar, as quais levam em consideração o perfil e a disponibilidade de cada professor.

No que se refere à enturmação, em situações excepcionais em que as estratégias pedagógicas utilizadas pela escola ao longo de cada ano dos ciclos não foram suficientes e/ou eficientes para que todos os alunos tenham consolidado as habilidades e capacidades previstas para a conclusão do Ciclo da Alfabetização ou Ciclo Complementar, o §1º do artigo 13 da Resolução 1086/08 estabelece que “a Equipe Pedagógica procede para o agrupamento dos alunos que não conseguiram consolidar as capacidades previstas para que seu atendimento diferenciado aconteça pelo tempo que for necessário”.

A decisão sobre quais alunos deverão ser agrupados ao final de cada Ciclo para atendimento diferenciado “pelo tempo que for necessário” é da Equipe Pedagógica da Escola. Isto significa que a decisão é compartilhada e não unilateral, envolvendo apenas o professor, devendo também participar os pais ou responsáveis pelos alunos, além do Professor, Supervisor e Diretor da Escola.

Para tomar esta decisão a Equipe Pedagógica da Escola deverá levar em conta o grau ou nível de defasagem apresentada pelo aluno e o tempo considerado necessário para que ele consiga consolidar as capacidades previstas para concluir o Ciclo. Analisando estes dois aspectos.

Para trabalhar com estes alunos nos agrupamentos temporários a escola deverá desenvolver um Plano de Intervenção Pedagógica especial, voltado para os aspectos não dominados pelos alunos, mobilizando todos os recursos humanos disponíveis dentro e fora de seus muros e buscar alternativas que permitam a estes alunos atingir os patamares de conhecimentos desejados para continuar aprendendo. A supervisão deverá, ainda, elaborar relatórios pedagógicos específicos sobre cada aluno para nortear o trabalho a ser desenvolvido e permitir o acompanhamento do processo pela Equipe da escola e da SME.

Medidas complementares

- Metodologia

Se o objetivo da escola é privilegiar a aquisição do saber, e de um saber vinculado à realidade social, é preciso que os métodos favoreçam a correspondência dos conteúdos com os interesses dos alunos e que estes possam reconhecer nos conteúdos, o auxílio ao seu esforço de compreensão da realidade principalmente no meio rural.

Plano de ação da escola

O objetivo de nossa escola é fortalecer a qualidade da educação pública e incorporar uma postura de ensino de qualidade, proporcionando o desenvolvimento das dimensões de aprendizagem e a excelência humana, através de ações democráticas, transparentes, éticas e solidárias, frente aos desafios propostos no Projeto Político Pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção coletiva do projeto político-pedagógico, envolvendo professores, estudantes, funcionários, pais e comunidade é um aprendizado da gestão democrática e participativa. Pois, a democratização implica, portanto, compreender a cultura da escola e dos seus processos, bem como articulá-los com as relações sociais mais amplas. A compreensão dos processos culturais na escola envolve toda comunidade local e escolar, seus valores, princípios, atitudes, comportamentos, história e cultura. Nesse sentido, a gestão democrática contribui para democratizar as instituições e as práticas sociais.

Para que a escola cumpra melhor o seu papel, é preciso que seja repensada a forma de sua organização e gestão, que seja revisto o seu projeto político-pedagógico e, desse modo, redimensionada sua própria identidade.

Todas as decisões referentes à Escola Municipal João Beraldo, seguirão as ordens do Conselho Municipal de Educação, Secretaria Municipal de educação e Superintendência Estadual de Ensino.

Não pode haver uma renúncia da escola pública em relação à sua responsabilidade a respeito dos resultados obtidos, tendo em vista ser esse o seu produto, a razão de sua existência, pela qual se deve prestar contas ao Estado e à sociedade. Tendo em vista a dificuldade da medida de sua qualidade apenas por meio dos resultados de exames ou testes pontuais, faz-se necessário um constante acompanhamento do trabalho escolar, a fim de procurar garantir “um bom produto pela garantia de um bom processo” (PARO, 2002, p.8).

A Proposta Político Pedagógica segue as orientações contidas no Regimento Escolar, portanto qualquer alteração feita no Regimento Escolar implicará mudanças nesse documento

REFERÊNCIAS

ANTUNES, A. **Aceita um conselho?** – como organizar o colegiado escolar. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2002. (Guia da Escola Cidadã, v. 8).

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (e atualizações)**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Parecer 007 de 2010. **Que dispões sobre as novas diretrizes para educação**. Disponível em: < http://www.nepiec.com.br/lesqislacao/pceb007_10.pdf>. Acesso em 24 abr. 2013.

BRASIL. Avaliação da educação Básica. Avaliações Sistêmicas / Prova Brasil, SAEB, Provinha Brasil, ENEM, IDEB –MEC/INEP. Disponível em: < <http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 25 abr. 2013.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988.

CASALI, A. **Para a construção de um projeto político pedagógico escolar nas escolas integradas, no âmbito do Convênio UP – MINED**. São Paulo: PUC-SP, 2004.

DALBEN, Â. I. L. de F. **Trabalho escolar e conselho de classe**. 3ª ed. Campinas-SP, Papirus, 1995.

DOURADO, L. F (org.); OLIVEIRA, J. F. SANTOS, C. A. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. 2010. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf. Acesso em 24 abr. 2013.

GADOTTI, M. **Pressupostos do projeto pedagógico**. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 1994.

LÜCK, H. *et al.* **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 4. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Heloísa Lück. – Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PARO, V. H. **A administração capitalista. Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2002.

SEVERINO, A. J. O. Projeto Político Pedagógico: a saída para a escola. **Revista AEC**, ano 27, n. 107, abr./jun. 1998.

VEIGA, I. P. A.; REZENDE, L. M. G. de. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 5. Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.